



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO**

PROJETO DE LEI Nº 36/2021

**Dispõe sobre a implantação de ação de prevenção e institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Município de Itabirito.**

A Câmara Municipal de Itabirito APROVA:

Art. 1º Fica instituída a política de atendimento à mulher vítima de violência no Município de Itabirito.

Parágrafo único: Para os fins desta Lei, considera – se violência contra a mulher qualquer ação ou omissão baseado no gênero, no âmbito público ou no privado, inclusive a decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher.

Art. 2º São objetivos da política de atendimento à mulher vítima de violência:

- I- Assegurar o atendimento integral à mulher vítima de violência, observando os princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e não revitimização, preservando a privacidade e não exposição da vítima:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO**

- II- Aperfeiçoar os serviços especializados de atendimento à mulher vítima de violência, no âmbito da saúde, da rede socioassistencial, por meio da articulação e humanização desses serviços e da garantia de seu funcionamento em tempo integral, inclusive aos finais de semana.
- III- Promover a autonomia da MULHER nos âmbito pessoal e social.
- IV- Garantir a igualdade de direitos entre Mulheres e Homens.

Art. 3º As ações da política de que se trata esta Lei ocorrerão de forma intersetorial, integrada, sintética e coordenada, observadas as seguintes diretrizes:

- I- Organização, qualificação e humanização do atendimento à mulher vítima de violência:
- II- Ampliação da rede de atendimento à mulher vítima de violência, com efetiva articulação de órgãos públicos, entidades da sociedade civil e colaboradores:
- III- Padronização da metodologia dos serviços, por meio da elaboração e da divulgação de protocolos de atendimento à mulher vítima de violência, fluxogramas e normas técnicas:
- IV- Celeridade e privacidade em todas as etapas do atendimento à mulher vítima de violência, de modo a garantir o sigilo nos procedimentos e evitar a revitimização:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO**

- V- Prestação de orientação à mulher vítima de violência sobre cada etapa do atendimento, respeitada sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento.
- VI- Assegurar o preenchimento de registros e boletins policiais, com vista a identificar e caracterizar a prática do feminicídio e demais formas de violência contra a mulher, de modo a apropriar banco de dados e informações corretas e garantir a aplicação do disposto na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006:
- VII- Qualificação de profissionais e de unidades do Sistema Único de Saúde que realizam o atendimento à mulher vítima sexual, de forma a otimizar a realização dos exames de corpo de delito, assegurando – se a integridade das provas coletadas:
- VIII- Estruturação dos serviços de referência para atenção integral à mulher vítima de violência sexual e implementação dos protocolos de prevenção e tratamento dos agravos decorrentes desse tipo de violência, de modo a garantir, de forma célere, o acolhimento, o apoio psicossocial e os demais procedimentos de saúde necessário, observando – se os Artigos 1º e 2º deste.
- IX- Capacitação continuada de profissionais e gestores de saúde, profissionais de segurança pública e demais agentes envolvidos no atendimento à mulher vítima de violência sexual;
- X- Divulgação de informação acerca do enfrentamento da violência contra mulher, especialmente sobre os serviços de denúncia, proteção e atendimento.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO**

Art. 4º Autoriza o poder executivo, se entender necessário, a implementação da política de que trata esta Lei, onde poderão ser adotadas as seguintes ações:

- I- Criação de casas para o abrigo provisório e emergencial de mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de seus filhos;
- II- Fica autorizado a concessão de auxílio financeiro transitório destinado à mulher em situação de risco social provocado por comprovada violência doméstica e familiar, conforme definida na Lei Federal nº 11.340, de 2006;
- III- Conceder prioridade de empregos para mulheres vitima de violência, com a participação de entidades e órgãos públicos estaduais, federais e municipais e o estabelecimento de parcerias com o setor privado, observadas a vocação profissional da beneficiária e a busca de padrões remuneratórios compatíveis com os praticados no mercado de trabalho.

Art. 5º Serão realizados fórum regionais, com ampla participação dos órgãos públicos e de entidades da sociedade civil, para debater a política de que se trata esta Lei e elaborar o conjunto de ações e medidas adequadas e sua implantação.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO**

Art. 6º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2021.

  
**MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
**VEREADOR**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO**

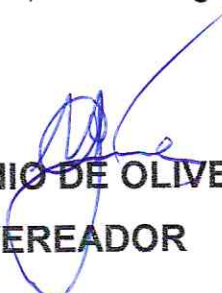
## **JUSTIFICATIVA**

Entre Março e Abril de 2020, o Brasil registrou 1 feminicídio a cada 9 horas, com média de 3 por dia. São Paulo com 79 casos, Minas Gerais com 64 e Bahia com 49, foram os estados que registraram maior número absoluto de casos no período acima citado, segundo monitoramento "Um vírus e Duas Guerras", feito por parceria entre sete veículos de jornalismo independente, que visa monitorar a violência contra a mulher durante a Pandemia COVID-19. Este mesmo monitoramento também nos mostra que há subnotificação e ausência de dados sobre raça, orientação sexual e identidade de gênero.

Há pouco tempo Itabirito foi citado por vários meios de comunicação apontando altos índices de violência contra a mulher, figurando Itabirito em triste estatística, incluindo feminicídio.

Este Projeto visa assegurar o direito a proteção a todas as mulheres Itabirritenses, aqui nascidas ou radicadas, moradoras ou em passagem por nosso município.

Este Projeto de Lei se apresenta como importante instrumento de proteção e apoio a todas as mulheres, resguardando sua dignidade, não discriminação, não revitimização, com resguardo de sua privacidade e não exposição.

  
**MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
**VEREADOR**